

Inquérito. Conselho de Prevenção da Corrupção dá 30 dias

Gestores vão identificar riscos de corrupção



A reunião do CPC decorreu no Tribunal de Contas

500 gestores públicos serão responsabilizados por futuros ilícitos

Mais de 500 gestores públicos vão ter 30 dias para responder a um inquérito sobre prevenção da corrupção que os responsabilizará no futuro por eventuais ilícitos, revelou o secretário-geral do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).

“O CPC aprovou uma deliberação estrutural que reconhece e recomenda que todos os gestores de dinheiros e de património públicos devem analisar as suas organizações, identificar os eventuais riscos de corrupção e prever medidas que possam reduzir ou eliminar a sua ocorrência”, afirmou José Tavares, director-geral do Tribunal de Contas e que, por inerência, é secretário-geral do CPC.

À partida, foram definidas “duas áreas” de maior risco de corrupção, como a contratação pública e a concessão pública. É sobre estas áreas que incidem as questões do inquérito que o CPC “tentará enviar durante a próxima semana”.

O secretário-geral considera que o pedido aos gestores públicos de in-

formação sobre os riscos e as medidas de prevenção de corrupção é da “maior importância” porque permite “responsabilizar os gestores públicos”. Isto porque, a verificar-se alguma situação de corrupção, haverá “culpa agravada” daqueles responsáveis, adiantou.

Terão de responder ao inquérito gestores dos serviços das administrações Central, Regional e Local, sendo “mais de 500”, prevê o secretário-geral do CPC. O sector empresarial do Estado e os organismos de direito privado que gerem dinheiros públicos ficam para uma segunda fase.

Depois de recolhidas as respostas, o que terá de acontecer em 30 dias, o CPC fará uma análise das mesmas, estando previstas visitas aos serviços do Estado para verificar se as respostas correspondem à prática do dia-a-dia dos serviços.

Do questionário a que os serviços do Estado terão de responder fazem parte perguntas como o montante global das empreitadas adjudicadas nos últimos três anos e o detalhe de todo o processo de adjudicação – quem faz, como faz e os regulamentos, entre outros aspectos.

Ficou igualmente decidido na reunião de quarta-feira que o CPC irá ouvir personalidades de reconhecido mérito na área da corrupção. Esta semana, o professor de Ciências Políticas Luís de Sousa foi o especialista ouvido.

O professor do ISCTE defendeu que a “melhoria no acesso à informação qualitativa sobre o fenómeno da corrupção” é essencial para o sucesso do combate. Questionado sobre se a corrupção está a aumentar ou se há antes mais conhecimento dos casos, o especialista respondeu que acontece “um pouco das duas coisas”.

O professor admitiu que os casos de corrupção dos dias de hoje são “mais complexos” devido ao efeito de uma “economia mais globalizada, ao recurso a mecanismos mais complexos como *offshores* e à existência de áreas mais complexas de decisão no Estado”.

Luís de Sousa considerou ainda que “há um interesse cada vez maior da opinião pública” sobre estas matérias, até em resultado do aumento dos níveis de literacia da população e do desenlace de alguns casos a nível internacional. ■ LUSA